

# BNDES encolhido

**ARTIGO** Após quatro meses, a instituição foi incapaz de cumprir a maior parte do programa de auxílio às empresas

POR ARTHUR KOBLITZ\*

**N**o fim de março, o presidente do BNDES apresentou em duas *lives* abertas para a imprensa as medidas que o banco tomaria em relação à crise econômica provocada pela Covid-19. O aparente senso de urgência dessas medidas, realizadas de forma não usual em dois domingos, procurava claramente sinalizar a mudança de atitude do governo em relação aos impactos da pandemia depois da reação inicial de inacreditável subestimação do que estava por vir. O tamanho da intervenção do BNDES prometida nessas primeiras coletivas de imprensa chegava a 97 bilhões de reais. Mais tarde, novos programas elevaram esse montante para 107,5 bilhões de reais.

Os números eram claramente enganosos por uma série de razões. Em geral, informações sobre a atuação do BNDES, e na verdade de qualquer banco, referem-se a desembolsos relacionados a empréstimos e/ou investimentos acionários ou garantias concedidas sobre empréstimos. Os números anunciados eram inflados por elementos muito diferentes: 1, 4 bilhão de reais seria de empréstimos do Tesouro e de bancos privados que seriam canalizados pelo BNDES por razões operacionais para financiamento das folhas de salário. 2, 3 bilhões seriam

de suspensões de pagamentos do serviço da dívida (amortizações e juros), por seis meses, por empresas que tinham empréstimos com o BNDES (a suspensão não envolveu qualquer alongamento do prazo da dívida, significando que as empresas que aderissem ao programa teriam as prestações ajustadas para cima, pelo montante não pago, após esse período). 3, 2 bilhões eram de transferências de *funding* (fontes de financiamento) destinadas ao BNDES (no caso, o antigo Fundo PIS/Pasep) para incrementar o FGTS da Caixa de forma a lastrear o pagamento do auxílio de 1.045,00 reais previsto na MP 946. Essa ação significava, na verdade, assumir que o governo tem melhores coisas para fazer com esses recursos do que aplicá-los no BNDES, mesmo quando ao governo seria possível capitalizar a Caixa para capacitá-la a arcar com os saques do FGTS.

---

**Em meio à pandemia, a direção parece mais preocupada em reduzir o papel do banco na economia**

Apenas 7 bilhões de reais referiam-se a medidas usuais: desembolsos prometidos. Seriam 5 bilhões na forma de “capital de giro” para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e 2 bilhões para a saúde. Desses anúncios iniciais seguiram-se a suspensão de pagamento para estados e municípios no valor de 4,5 bilhões de reais e a promessa, anunciada ainda na última *live*, nunca cumprida de uma linha para as empresas aéreas no valor de 6 bilhões de reais.

**Não é difícil entender** o esforço da diretoria do BNDES para ampliar o rol de ações que seria normalmente considerado como intervenção: esconder a inacreditável timidez do pacote efetivo apresentado pelo maior instrumento que o País dispõe para enfrentar crises diante da maior crise econômica da nossa história. O banco dispunha de cerca de 100 bilhões a 150 bilhões de reais para injetar na economia e, efetivamente, apresentava um pacote de apenas 7 bilhões (que chegaria depois a 17,5 bilhões com o auxílio às aéreas e ao setor público).

Qual foi o resultado efetivo desses desembolsos prometidos? O programa de financiamento da folha de pagamento foi o maior fracasso das ações do governo, alcançando um desembolso de apenas um décimo do previsto (4,6 bilhões, em vez dos 40 bilhões de reais). O programa de suspensão dos pagamentos teve uma adesão de metade do volume previsto (15,5 bilhões contra 30 bilhões de reais).

Apesar de uma ação direta de inconstitucionalidade impetrada no STF pelo PSB, ainda não considerada pela ministra Cármen Lúcia, os recursos do PIS/Pasep foram transferidos para o FGTS e o BNDES perdeu mais uma fonte de financiamento.

Dos 7 bilhões de reais que mereciam a consideração de uma ação mais concreta do BNDES, houve sucesso na linha de



O fim da TJLP impede  
políticas anticíclicas

capital de giro para micro e pequenas empresas em relação à meta estimada (é necessário ainda fazer um balanço de quanto esse programa atraiu realmente de novas empresas e quanto ele simplesmente canibalizou outras linhas de financiamento do BNDES para o setor) e os desembolsos para o setor de saúde ainda estão em um décimo do previsto (200 milhões contra 2 bilhões de reais).

Em resumo, aceitando as métricas estabelecidas pelo governo e pelo BNDES, de um total de 107,5 bilhões de reais prometidos, foram alocados 49,6 bilhões. Menos da metade. Segundo as contas

de que realmente poderia ser utilizado de recursos financeiros disponíveis (ou seja, excluindo o Programa Emergencial de Suporte ao Emprego e a transferência do PIS/Pasep), teríamos 47,5 bilhões de reais de promessas e 25 bilhões de resultado efetivo, um pouco mais do que a metade. Podemos concluir que, depois de quatro meses, o BNDES apresentou um pacote extremamente tímido de combate à crise e mesmo assim ficou longe de atingir o que se programou fazer.

Depois de tentar se mostrar realmente preocupado com a crise e apresentar alguma reação e sinalizar que o programa

inicial de encolhimento do BNDES (vender a carteira de ações da BNDESPar, devolver todos os aportes do Tesouro) estava temporariamente suspenso, a administração do banco começa a retomar a agenda inicial como se sua missão na crise estivesse cumprida.

É importante sublinhar que ainda que existisse espaço para uma atuação mais destacada do BNDES sob o comando de outro presidente, ainda mais diante da atual crise, em grande medida os problemas enfrentados são decorrentes de amarras criadas durante o governo de Michel Temer. Entre elas destacam-se uma agenda que envolveu descapitalizar a instituição com devoluções de aportes do Tesouro (violando expressamente os artigos 36 e 37 da Lei de Responsabilidade Fiscal) e propor um procedimento de formação da Taxa de Juros de Referência, que tornou os custos dos financiamentos do banco pró-cíclicos, ou seja, eles aumentam na crise.

**O fim da Taxa de Juros** de Longo Prazo (TJLP) e a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) em 2017 tiraram do governo qualquer instrumento para fixar uma taxa de longo prazo contracíclica. O resultado foi que o crédito do BNDES ficou mais caro à medida que a crise foi se aprofundando, comprometendo o papel prescrito para um banco de desenvolvimento numa crise como a atual.

É importante, desde já, que se comece a lembrar que esses administradores apenas tocaram uma agenda que foi colocada pelos “brilhantes” economistas que escreveram “a ponte para o futuro” e pilotaram o governo Temer, e que agora funcionam como eminências pardas, ocupando o segundo escalão da atual gestão da economia. ●

*\*Economista e presidente da Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES)*